ANO 8 - N° 34 - DEZEMBRO - EDIÇÃO 2014

ABTI

Cenário do Transporte

Mala Direta
Postal
Básica
9912341225-DR/RS
ABTI
CORREIOS

WWW.VERDEPUB.COM.BR

ESTAMOS À DISPOSIÇÃO PARA ATENDÊ-LO faça-nos uma visita

Rua General Bento Martins, 2350
Uruguaiana/RS - Brasil
Fone: +55 (55) 3413-2828
abti@abti.org.br
skype: recepcao.abti

Jorge Luiz da Silva
Gerente Executivo
executivo@abti.org.br
skype: executivo.abti

Gladys Vinci
Gerente de Assuntos Internacionais
internacional@abti.org.br
skype: internacional.abti

Amarildo Fernandes
Administrativo Financeiro
financeiro@abti.org.br
skype: financeiro.abti

Gladenir Vargas
Secretária Executiva
secretaria@abti.org.br
skype: secretaria.abti

Juliane Quevedo
Atendimento
atendimento@abti.org.br
skype: atendimento.abti

Diana Espindola
Licenças
licencas@abti.org.br
skype: licencas.abti

Camila Duarte
Assessoria de Comunicação
imprensa@abti.org.br
skype: imprensa.abti

Indiara Teixeira
Relações Públicas
marketing@abti.org.br
skype: marketing.abti

www.abti.org.br

associacaoabti abtint LinkedIn flickr

REVISTA Cenário do Transporte

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Francisco Carlos G. Cardoso
Dir. Administrativo: Luiz Alberto Garcia
Dir. Técnico: Jorge Antônio Lanzanova
Dir. Assun. Políticos: Ruy Galvão
Dir. Rel. Institucionais: José Pio X Schio
Dir. Rel. Institucionais: Paulo Roberto de Sousa

CONSELHO FISCAL
Presidente: José Schwanck
Cons. Fiscal Efetivo: Sérgio Maggi Junior
Cons. Fiscal Efetivo: José Paulo Silveira
Cons. Fiscal Suplente: Vilmar Lizot
Cons. Fiscal Suplente: Valmor Scapini

DIRETORES
Diretor: Carlos Alberto Benitez
Diretor: Paulo César Maia Oliveira
Diretor: Clóvis Dall'Agnol
Diretor: Lenoir Gral
Diretor: Juan Carlos Castro Pastor
Diretor: Osni Roman
Diretor: Wendell Silveira
Diretor: Antônio Luiz da Silva Junior

CONSELHO EDITORIAL ABTI
Gerente Executivo: Jorge Luiz da Silva
Gerente de Assuntos Internacionais: Gladys Vinci
Secretária Executiva: Gladenir Vargas
Relações Públicas: Indiara Teixeira

REDAÇÃO
Editora responsável: Camila Duarte
imprensa@abti.org.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Verdepub: www.verdepub.com.br
Direção de Arte: Virginia Ueda
Diagramação: Renan Leão de Moura

Impressão
Gráfica: Kunde
Tiragem:
3.000 Exemplares

ABTI
Associação Brasileira de Transportadores Internacionais

OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO

Ruy Galvão,
Diretor de Assuntos Políticos

O transporte rodoviário internacional de carga na América do Sul tem alguns marcos importantes em sua história. Posso citar dois importantes eventos que mudaram a história e trouxeram grandes melhorias e avanços para o setor: 1) início do Mercosul em 1990 e 2) implementação do Siscomex no Brasil em 1993.

No primeiro caso, houve isenção de taxas na importação entre os países do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Isto possibilitou o aumento no volume de mercadorias comercializadas entre estes países ao longo das últimas duas décadas. O montante do valor FOB comercializado pré-Mercosul entre Brasil e Argentina não chegava a US$10 bilhões anuais. Em 2014 este valor ultrapassa os US$30 bilhões.

No segundo evento, houve sistematização no processo de apresentação e liberação dos despachos aduaneiros na Receita Federal, o que possibilitou ao Brasil absorver o aumento de volume nas transações no comércio exterior, sem causar colapso no sistema. Como em toda grande mudança, o início foi problemático, pois nenhum operador, público ou privado, estava preparado. No entanto, após um período de adequação, o resultado surgiu, as alterações trouxeram agilidade e melhoria nos processos.

Outras medidas vêm sendo tomadas com o objetivo de seguir avançando na busca de mais produtividade e competitividade para o bloco, e assim absorver o crescimento no comércio exterior que deve continuar no Mercosul e nas negociações com o restante do mundo.

Neste sentido, Receita Federal do Brasil (RFB) em consonância com a Organização Mundial de Aduanas (OMA) está regulamentando a figura do Operador Econômico Autorizado (OEA).

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 1.521/2014, publicada no D.O.U. em 05 de dezembro de 2014, os Operadores Econômicos Autorizados terão seus certificados outorgados segundo a idoneidade da empresa e seus administradores, existência de regularidade fiscal, sistema de informação satisfatório na gestão de registros contábeis, financeiros e operacionais.

O lançamento, que ocorreu no dia 04 de dezembro de 2014, foi aguardado com grande expectativa por todos os operadores que fazem parte da cadeia logística no comercio exterior, tanto embarcadores e despachantes como transportadores. A perspectiva é de processos ágeis, com fiscalização efetiva e inteligente, sem retenções nos passos fronteiriços.

Como integrantes desta cadeia, os associados da ABTI devem dar as boas vindas à figura do Operador Econômico Autorizado, pois serão abertas novas possibilidades de competitividade, agilidade de processos baseados na confiança, segurança e melhores práticas de negócio.

ÍNDICE

ABTI 05 Sob nova gerência

ABTI 07 Seminário na IV LOGISTIQUE

ABTI 08 A ABTI vai até você

ABTI 09 ANTT convoca representantes

GERAL 11 Fabet inaugura teatro

GERAL 12 Fiscalização de produtos perigosos

GERAL 13 XXII Assembleia Geral da CIT

GERAL 14 XLVII Reunião do SGT nº 5

OPINIÃO 15 A Inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei 8.212/91

CAPA 16 Operador Econômico Autorizado

CNT 19 Pesquisa CNT de Rodovias 2014

INOVAÇÃO 21 Equipamentos aerodinâmicos

ESPAÇO ASSOCIADO 22 História da Transportes Silvio

FRONTEIRA 23 Foz define área do novo porto seco

FRONTEIRA 24 Novos Procedimentos em Chuí

FRONTEIRA 25 Foz e Jaguarão sob nova gerência e Livramento com novo Fiscal

COMJOVEM 27 Câmara homenageia COMJOVEM

INFORMAÇÕES 28 Fluxo do TRIC

Feriados 30 Feriados e restrições

SOB NOVA GERÊNCIA

Jorge Luiz da Silva, Gerente Executivo da ABTI

A Associação Brasileira de Transportadores Internacionais está sob nova gerência: Jorge Luiz da Silva assumiu a gerência executiva da entidade desde o dia 06 de novembro de 2014.

Jorge Silva é natural de São Francisco de Assis/RS e graduado em Administração de Empresas, com MBA Executivo em Negócios.

O novo Gerente da entidade ingressou na área de comércio exterior, a partir de 1992, iniciando suas atividades no Porto Seco em Uruguaiana. Por reconhecimento ao seu desempenho foi convidado a assumir, como desafio, a gestão do Porto Seco em Foz do Iguaçu. Local onde permaneceu nos últimos três anos.

O principal propósito à frente da entidade, segundo Jorge Silva é "buscar a integração entre os diversos operadores/segmentos, desenvolvendo uma gestão de processos internos da Associação, com foco em segurança, qualidade e agilidade, sempre trabalhando em prol da satisfação do associado". Para tanto, o novo Gerente Executivo garante que pretende se aperfeiçoar constantemente, dada a perene evolução das normativas que regem o TRIC.

Assim pretende potencializar os seguintes serviços prestados pela entidade:

- Defesa dos interesses empresariais do TRIC;
- Incentivo ao desenvolvimento do setor;
- Assessoria técnica para o transporte
- Serviços de habilitação e registro de veículos para o TRIC
- Capacitação e seminários com focos nos interesses do setor
- Agilização de fronteiras e simplificação de processos
- Projetos focados na produtividade, rentabilidade e segurança das operações
- Ampla estrutura com sala de reuniões e auditoria à disposição de seu quadro social.

Estes e outros serviços voltados ao Transporte Internacional.

> "buscar a integração entre os diversos operadores/segmentos, (...)com foco em segurança, qualidade e agilidade, sempre trabalhando em prol da satisfação do associado"

Soluções em logística para importação e exportação nas fronteiras do Mercosul.

Empresas que precisam de mais agilidade, segurança e apoio logístico na comercialização dos países do Mercosul podem contar com as soluções integradas em logística Elog.
Aqui, sua empresa encontra soluções que englobam a logística de liberação em fronteiras em áreas alfandegadas, autorizada pela Receita Federal e intervenientes. Nossas unidades de fronteiras são as mais modernas do setor.

- **Aduanas integradas;**
- **Scanners* que reduzem em até 50% o tempo de permanência nos terminais;**
- **Operação 24 horas**;**
- **Câmara fria*;**
- **Armazenamento geral;**
- **Gestão completa em segurança.**

* Unidades de Foz do Iguaçu e Uruguaiana.
** Unidade de Foz do Iguaçu.

twitter.com/eloglogistica facebook.com/eloglogistica

Uruguaiana · Foz do Iguaçu · Jaguarão · Santana do Livramento
Conheça todo o potencial Elog em **www.eloglogistica.com.br**

TRANSPORTADOR É EXPORTADOR?

No dia 22 de outubro, a ABTI promoveu o Seminário de Transporte Internacional na 4ª edição da LOGISTIQUE, com a parceria do Sitran e Fetrancesc, onde foram abordados os seguintes temas: "Controle de Jornada" ministrada por Leonardo G. Andreetta, Gerente Nacional de Vendas da OnixSat; "Transportador também é Exportador", por Francisco Cardoso, Presidente da ABTI e "Soluções para o Transportador", conduzida por Gladys Vinci, Coordenadora de Assuntos Internacionais da entidade. O evento foi abrilhantado pela presença de várias autoridades, dentre elas, o Presidente da Fetrancesc, Sr. Pedro Lopes que realizou a abertura do Seminário.

Pedro Lopes, Presidente da Fetrancesc faz a abertura do seminário

Leonardo Andreetta iniciou as palestras abordando o Controle de Jornada, tal como teve de ser estabelecido com o advento da Lei 12.619/2012 (Lei do Motorista). Fez um comparativo da situação atual do controle, realizado através de registro manual em "papeletas" e com a adoção do sistema OnixSat. O controle OnixPonto traz como principais vantagens: Auxílio no Controle das Informações; Integração com os sistemas de RH; Possibilidade ao RH de manutenção do Sistema de Ponto (justificativas, faltas, atestados).

Sucesso de público no evento

Por sua vez, o Presidente da ABTI, Francisco Cardoso, iniciou a palestra "Transportador também é Exportador" mencionando que a ABTI participa do Conselho de Competitividade de Serviços Logísticos dentro do Plano Brasil Maior, participando de todas as reuniões desde 11/04/2012.

Francisco Cardoso, Presidente da ABTI

Logo após apresentou as Demandas/Propostas da ABTI enviadas ao MDIC para o aumento da produtividade e competitividade do TRIC: Criação de um "Guichê Único" nas aduanas brasileiras (demanda já atendida pelo Portal Siscomex); Habilitação do OEA – Operador Econômico Autorizado (demanda atendida pela IN RFB nº 1.521/2014); Desoneração da folha de pagamento (demanda, esta, já atendida); Duplicação da BR-290 de Porto Alegre a Uruguaiana (Demanda já incluída parcialmente no PAC 2 de Eldorado do Sul a Pantano Grande); Reconhecimento do Transportador Rodoviário Internacional como exportador de serviços; e Acesso ao REINTEGRA.

Em continuidade, Gladys falou sobre "Soluções para o Transportador". A entidade foi apresentada como participante ativa no setor de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas. Foram descritos os principais serviços que a ABTI disponibiliza ao seu quadro social, tais como:

Institucional: Capacitação, treinamentos, seminários e workshops que visam informar e formar os associados sobre as questões relativas às novidades legislativas, técnicas e opera-cionais; Comunicação do setor através dos seguintes meios: revista Cenário do Transporte, site, redes sociais, comunicados, circulares, informativos e envio de e-mail marketing.

Estrutura ABTI: Auditório para reuniões, cursos e treinamentos com capacidade para 35 pessoas; Cadernos Transitando no Brasil e no Exterior (compilação de normas que regem o trânsito nacional e internacional).

Política: Agilização de Fronteira, com ótimos resultados na diminuição do tempo e fila no ingresso dos portos; Mapeamento de processos; Imagem do setor.

Operacional: Assessoria Técnica para o Transporte Internacional; Habilitação para o Transporte Internacional; Registro e manutenção do RNTRC com especialização para o Transporte Internacional; Modificação de frota.

A ABTI VAI ATÉ VOCÊ!

Em continuação ao trabalho já iniciado de aproximação e atendimento ao quadro social, sempre com o objetivo de levar orientação técnica ao associado, a ABTI, por intermédio da Coordenadora de Assuntos Internacionais e da Relações Públicas, visitou as seguintes empresas associadas: Mercovia, Veloce e DB System, em São Borja/RS; COTRAM, em Santo Ângelo/RS; DiCanalli, e Cooperplan, em Passo Fundo/RS; e Coopercarga e Transportes Silvio, em Concórdia/SC.

Nas visitas, as empresas puderam apresentar suas necessidades, tirar dúvidas, e se atualizar sobre os novos serviços oferecidos pela ABTI.

ANTT CONVOCA REPRESENTANTES

Com o intuito de diminuir as pendências que surgem dos processos de modificações de frota ou habilitação de empresas, o GERAR (Gerência de Registro e Acompanhamento do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas) convidou aos representantes de empresas que operam no Transporte Rodoviário Internacional de Cargas na sede da ANTT em Brasília-DF.

Assim como já aconteceu em 2013, este ano a quantidade de requerimentos de TRIC deve ultrapassar os 10.000 protocolos. Em média, 30% geram pendências, das quais aproximadamente 70% são protocolados/requeridos por representantes de empresas.

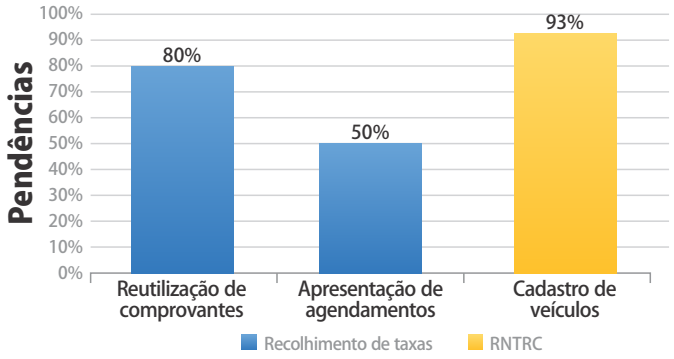
Cynthia Bertholini Santos, Gerente Substituta da GERAR, destacou a importância de revisão de toda a documentação e o cumprimento dos requisitos para habilitação de veículos sob responsabilidade dos representantes. Henrique Leite, responsável pela área de atendimento, enumerou os principais motivos de descumprimentos por eles originadas:

- Cadastro de veículos no RNTRC (93%);
- Recolhimento de taxa;
  - Reutilização de comprovantes de pagamento (80%);
  - Apresentação de agendamento (50%);

Rosimeire Lima de Freitas, Superintendente Substituta da SUROC, ratificou a intenção de conferir mais agilidade aos processos que competem à Gerência, observando que o sucesso depende da coparticipação com responsabilidade de todos os atores.

Na oportunidade foram lembrados os meios e horários e responsáveis pelo atendimento ao público externo, tanto do TRIC quanto do RNTRC, tendo sido solicitado a observância dos tempos de processamento/horários.

Perante a apresentação realizada pelos integrantes da GERAR, ABTI propôs que todas as empresas sejam sempre comunicadas de qualquer pendência que as envolva. Para isto os transportadores deverão manter seu correio eletrônico e seu cadastro devidamente atualizado.



ABTI PROPÕE MUDANÇAS AO SUFIS

A ABTI reuniu-se com autoridades da Superintendência de Fiscalização da ANTT, SUFIS em Brasília - DF, com o objetivo de aprimorar o relacionamento previsto no Convênio de Cooperação Técnica assinado em maio deste ano.

Participaram do encontro, pela ANTT, o Superintendente do SUFIS, Jose Altair Gomes Benites; seu substituto, Rodrigo Pinto Igreja; o Gerente de Fiscalização, Leandro Rodrigues e Silva; seu substituto, João Paulo de Souza; o Coordenador de Fiscalização do Transporte Internacional, Edson Schmidt; seu assessor, Wilbert Junquilho; o Coordenador de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – SUROC, Marcos Antonio das Neves; pela ABTI, o Diretor Juan Castro, o Gerente Executivo e a Coordenadora de Assuntos Internacionais.

A reunião, proposta pela ABTI, teve como principal objetivo apresentar propostas de alteração da Resolução N° 442 de 2004 (regulamento dos processos administrativos) e da Resolução N° 3561 de 2010 (parcelamento de débitos resultantes de infrações), com a finalidade de resguardar a segurança jurídica dos associados. Além da preocupação com o surgimento de notificações de infrações cometidas há vários anos, a dificuldade de acesso a consultas de processos em andamento e de procedimentos muito burocráticos, as proposições objetivaram a redução de valores de multas por pagamento antecipado.

Ambos participantes concordaram que faz-se necessário um trabalho conjunto com o intuito de minimizar as autuações. Juntos vislumbraram a necessidade de mais divulgação das exigências inerentes ao setor, assim como isonomia nos procedimentos adotados pelos órgãos de fiscalização. ANTT antecipou que já foi iniciado o trabalho de consolidação do manual único de fiscalização no Transporte Rodoviário, que deverá ser finalizado até o final deste ano de 2014.

Em consonância com a missão da Agência, e assim como foi solicitado pela ABTI, serão ministrados treinamentos ou esclarecimentos com apoio da entidade. Está prevista a participação no Seminário de Transporte Internacional, que será organizado pela ABTI, da especialista em Regulação de Transporte de Produtos Perigosos ainda em 2014 a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu.

Independentemente do seu modelo de negócio, o nosso é um só: fazê-lo crescer.

Na cidade somos todos pedestres.

CRC: 0800 970 9090 • www.mercedes-benz.com.br

Além de uma linha completa de caminhões para atender a todos os tipos de negócio, a Mercedes-Benz também coloca à disposição de seus clientes uma das maiores redes de concessionários do país. São mais de 180 pontos de atendimento que oferecem serviço especializado, mão de obra qualificada e o mais completo pacote de produtos e serviços pós-venda.

Uma marca do Grupo Daimler.

Mercedes-Benz

A marca que todo mundo confia.

FABET INAUGURA TEATRO EM MAIRINQUE-SP

Fabet/Divulgação

A Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte – FABET inaugurou no dia 14/10, um grande empreendimento voltado para a área cultural e educacional em sua filial na cidade de Mairinque, no Estado de São Paulo. Um moderno teatro com capacidade para 300 pessoas, concretizado com recursos captados através da Lei de Incentivo à Cultura.

O Diretor Geral da FABET, Luís Carlos Schaurich, explica que a mobilização para execução desta obra teve início no ano de 2009, com a aprovação do projeto pelo Ministério da Cultura. "A captação dos recursos foi autorizada em 2010, as obras iniciaram em 2011, e foram concluídas dentro do primeiro semestre do corrente ano", observou o diretor. O teatro da FABET foi enquadrado no segmento arquitetônico, mecanismo mecenato, área do patrimônio cultural.

A execução da obra e todos os seus complementos recebeu um investimento de R$ 3.442.522,70, sendo captados R$ 2.942.522,70 junto à Scania, principal parceira da fundação, R$ 200.000,00 nas empresas Randon e, R$ 300.000,00 repassados como patrocínio cultural pela Ambev. Com a construção deste teatro, a FABET tem a finalidade de disponibilizar à comunidade regional onde está inserida no Estado de São Paulo, um espaço para promoção de atividades culturais e eventos na área de educação.

Salete Argenton, gerente da FABET-SP ressalta que o empreendimento permitirá a democratização cultural e educacional, possibilitando a distribuição e a popularização da arte, do conhecimento científico e de manifestações culturais diversas. "Entendemos que, além do foco na profissionalização do segmento do transporte, a FABET precisa ir além, e contribuir com a população de outras formas. E uma delas é a cultura", salientou a gerente.

O Superintendente da FABET, Vicente Luiz Rodolfi, lembrou que a construção do teatro faz parte do projeto vislumbrado para a estruturação da filial em São Paulo, que já contempla estrutura pedagógica e administrativa, laboratórios de mecânica, pneus e informática, alojamento e refeitório. "Os próximos desafios serão a construção do Centro de Treinamento Scania, local onde a FABET irá capacitar os profissionais da rede de concessionárias da montadora, e a via coletora paralela à rodovia Castelo Branco", informou o superintendente.

O teatro da FABET em Mairinque recebeu o nome de "Emílio Fiorentino Battistella", uma indicação da Scania, maior doadora de recursos para concretização da obra. Emílio Battistella foi um homem com espírito empreendedor, que liderou a criação de um grande grupo no segmento do transporte rodoviário de cargas, dando origem à Ediba, hoje Battistella Veículos. Seu último empreendimento foi a construção do Porto de Itapoá, em Santa Catarina, cujas obras iniciaram em 2007, mesmo ano de seu falecimento. Agraciado em vida com as mais diversas honrarias nacionais e internacionais, a denominação do Teatro da FABET é um reconhecimento a sua grande contribuição para o desenvolvimento do País.

Fonte: Fabet

FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

COMPROMISSO COM AS PESSOAS E O MEIO-AMBIENTE

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem, entre suas competências, a fiscalização do transporte rodoviário internacional de cargas. Além de possuir fiscais em diversos pontos de fronteira do território brasileiro, a Agência realiza, frequentemente,comandos operacionais em que ocorre o deslocamento de servidores de outras Unidades Regionais da ANTT para garantir a eficácia das operações. Essas ações contam, também, com a participação da Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, órgãos que mantêm convênio com a Agência.

A fiscalização tem como objetivo verificar o cumprimento, por parte dos transportadores, do que está estabelecido no Acordo sobre o Transporte Internacional Terrestre (ATIT), principal instrumento regulador da prestação de serviços de transporte terrestre rodoviário, tanto de cargas quanto de passageiros, e do transporte ferroviário entre estes países do Cone Sul. O documento é assinado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai e discutido, regularmente, em reuniões entre os países.

Especificamente no que diz respeito ao transporte de produtos perigosos, as regras são discutidas nas reuniões do Mercosul,baseadas nas Recomendações para o Transporte de Produtos Perigosos da Organizaçãodas Nações Unidas e têm como principal objetivo garantir a segurança às pessoas e ao meio-ambiente, em função das características dos produtos transportados.

No Brasil, essas regras foram internalizadas pelo Decreto nº. 1797/96 e seus Anexos, correspondentes ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos. O documento apresenta todas as exigências que devem ser atendidas pelos envolvidos no transporte de produtos perigosos, como a classificação dos produtos; a definição das características de risco; a escolha das embalagens e dos equipamentos de transporte; a utilização dos rótulos de risco e dos painéis de segurança nas unidades de transporte; a posição dos rótulos de risco e demais informações dos produtos nas embalagens; os equipamentos de porte obrigatório para situações de emergência; a documentação de porte obrigatório; dentre outros detalhamentos necessários.

Durante a fiscalização, a documentação é o primeiro item a ser verificado. Sem prejuízo das normas relativas a transporte, trânsito, produtos transportados e disposições fiscais que vierem a ser acordadas entre os Estados Partes, os veículos automotores que transportem produtos perigosos só podem circular por vias terrestres portando os seguintes documentos:

- Declaração de carga emitida pelo expedidor, contendo as informações sobre os produtos perigosos transportados;
- Declaração emitida pelo expedidor de que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento, estiva, transbordo e transporte, e que atende à regulamentação em vigor;
- Instruções para o caso de acidente;
- Originais dos certificados de capacitação do veículo e dos equipamentos de transporte rodoviário de produtos perigosos a granel;
- Documento que comprove que o veículo atende às disposições gerais de segurança de trânsito como, por exemplo, o estado dos freios, luzes e outros;
- Original do documento que comprove o treinamento específico atualizado para o condutor de veículo empregado no transporte rodoviário de produtos perigosos.

O porte da documentação completa e corretamente preenchida é importante para que se garanta que as unidades de transporte apresentem condições técnicas compatíveis com o tipo de produto transportado e que, em caso de um acidente ou de uma emergência, todas as informações necessárias sobre os produtos perigosos para o correto atendimento estarão prontamente disponíveis.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – ANTT

XXII ASSEMBLEIA GERAL DA CIT

Com significativa participação das entidades filiadas, foi realizada na sede da Associação Latino-americana de Integração - ALADI, a XXII Assembleia Geral Ordinária da CIT, entre os dias 06 a 08 de outubro, em Montevidéu, Uruguai.

Paulo Ziegler/Divulgação

Sr. Francisco Cardoso, Presidente da ABTI e Sr. Pedro Lopes, Presidente da Fetrancesc

A ABTI participou da Assembleia, através do Presidente da entidade, Francisco Cardoso. Na ocasião, diversas homenagens foram realizadas, concedendo o Grau Diário e Grau de Embaixador a diferentes personalidades do transporte.

A agenda contou com temas de extrema relevância para o setor de transportes. Ainda, pela Resolução Nº 02/2014 foi proposto o dia 25 de Maio como o Dia do Transporte de Cargas e Passageiros que foi encaminhada à ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Tal proposta objetiva dar o devido reconhecimento à atividade, considerando a sua importância no processo de desenvolvimento econômico e social mundial.

No dia 07 de outubro, foi tema de discussões a legislação que afeta o setor de transporte de forma negativa, sendo debatidos os seguintes tópicos:

a) Transporte rodoviário de cargas: limite de suas dimensões e horários para a entrada nos perímetros centrais;

b) Transporte rodoviário: tempo de condução e sua influência no trânsito internacional;

c) Transporte internacional de produtos perigosos: licenças distintas e suas incompatibilidades.

No dia 08 de outubro, foram expostos os trabalhos dos capítulos participantes.

Pelo capítulo Brasil, foi a vez do Expositor John Edwin Mein - Coordenador Executivo da Aliança Procomex, com a palestra Operador Econômico Autorizado "Fluxo de Mercadorias e Segurança na Cadeia Logística". O expositor apresentou:

I. A visão do OEA: "Aumentar a competitividade do Brasil e sua participação no comércio internacional através de um sistema aduaneiro que protege os interesses nacionais enquanto melhora a eficiência da cadeia de suprimentos das empresas que participam do comércio internacional."

II. Os cinco princípios básicos do OEA: 1.Voluntário 2.Um sistema de controle mais inteligente baseado em análise de risco 3.Mudança de controle por transação para controle por sistemas 4.Involve todos os atores da cadeia logística 5. Oferece benefício para todas as partes interessadas (ganha-ganha);

III. Evolução do OEA no mundo e seu desenvolvimento no Brasil (apresentação do plano estratégico 2015-2019; modelo OEA brasileiro e fases de implementação).

Para encerrar a apresentação do capítulo Brasil, proposto pela ABTI, foi a vez do expositor Dr. Enrique Canon, Diretor Nacional de Aduanas do Uruguai, que abordou o tema "Operador Económico Calificado" no Uruguai. Em sua exposição, falou sobre as Características do OEC, seus objetivos, marcos do processo de implementação no Uruguai, benefícios para os transportadores, projetos pilotos bilaterais e realizados no âmbito do MERCOSUL e internacionais.

CIT/Divulgação

Sr. Paulo Vicente Caleffi, recebendo o Grau de Embaixador

XLVII REUNIÃO DO SGT Nº 5

Reunião Plenária do SGT N° 5

DIVERSOS TEMAS RELACIONADOS AO TRANSPORTE DE CARGAS FORAM DEBATIDOS ENTRE AS DELEGAÇÕES DOS PAÍSES QUE FAZEM PARTE DO MERCOSUL.

Entre os dias 05 e 07 de novembro de 2014, na cidade de Salta, Argentina, realizou-se a XLVII Reunião Ordinária do SGT nº 5 "Transportes", com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A delegação do Chile também participou da reunião, em caráter de Estado associado ao MERCOSUL.

Criação da Comissão de Facilitação Fronteiriça

Na Reunião, dentre outros, foram tratados os seguintes temas:

1. Facilitação fronteiriça: a delegação argentina fez referência à necessidade de realizar uma vistoria da problemática que reiteradamente têm expressado os operadores privados de cargas e de passageiros relativas às dificuldades em pontos fronteiriços para a operativa do transporte internacional e propôs a criação de uma Comissão Mista com integrantes de organismos públicos e privados, para analisar o assunto e encontrar soluções ou propor alternativas.
2. Proposta de criação de um grupo permanente com o objetivo de harmonizar os procedimentos de fiscalização do transporte internacional: as delegações concordaram em constituir uma Comissão para tratar sobre os assuntos de fiscalização do transporte, devido ao fato de que o desenvolvimento dos movimentos de mercadorias e de passageiros e a atuação de fiscalizadores é desigual e se observam critérios distintos para o tratamento de situações similares. Constituída a Comissão de Fiscalização (CF), os integrantes trocaram pareceres sobre o modo de enfrentar a tarefa, recebendo a informação por parte da Delegação Brasileira sobre os controles fronteiriços conjuntos efetuados com Uruguai, Paraguai e Venezuela. Ademais, a Delegação Brasileira informou que está concluindo a confecção de um Manual de Procedimentos para a fiscalização de transportes de cargas e passageiros.
3. Integração das informações de transporte de passageiros e cargas – sistematização de dados do SGT nº 5: As delegações realizaram uma síntese da situação do projeto referente à integração de informações de passageiros e cargas, em particular o elaborado até o presente como páginas de consulta e desenvolvimento de web services, implementando um procedimento integralmente eletrônico para a troca de informações de empresas e veículos autorizados, o que constituirá a forma oficial de comunicação entre os organismos de aplicação do ATIT em matéria de Licenças Originárias e Complementares e sua atualização. Todas as delegações concordaram que, em matéria de serviços ocasionais, será suficiente a colocação à disposição das páginas de consulta coordenadas, devendo-se manter o tema na agenda até que se complete seu desenvolvimento por todos os países.
4. Adoção do ATIT como base fundamental das negociações do transporte terrestre: todas as delegações aderiram à adoção do ATIT como base fundamental das negociações no transporte terrestre. A Delegação Paraguaia propôs que, dados os antecedentes bilaterais existentes entre Brasil e Venezuela, em matéria de transporte, a Delegação Brasileira atue como nexo entre os países membros do ATIT e Venezuela para que este país adeque-se à dita normativa regional, com o que concordaram os outros países.

COOPERATIVAS DE TRANSPORTE, TOMADORES DE SERVIÇO E A INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ART. 22 DA LEI 8.212/91

Os tomadores de serviço de cooperativas do ramo transporte, assim como ocorre em outros ramos do cooperativismo, por força de disposição legal, em especial o inciso IV do art. 22 da Lei 8.212/91, cuja redação foi conferida pela Lei 9.876/99, através dos anos, têm efetuado o recolhimento de 15% sobre o valor da nota fiscal emitida pelas cooperativas.

Entretanto, a instituição da referida incidência tributária, no caso, se deu de forma equivocada, eis que não observou as regras constitucionais para seu estabelecimento, motivo pelo qual é formalmente inconstitucional, conforme já declarado pelo Supremo Tribunal Federal, pela via incidental.

Imperioso, entretanto lembrar que antes mesmo da vigência da Lei 9.876/99, havia sido editada a Lei Complementar nº 84/96, que instituía uma contribuição previdenciária, a cargo das cooperativas, com fulcro no art. 195, § 4º, da Constituição Federal.

O art. 1º, inciso II, da LC nº 84/96, estabelecia, à época, que a contribuição teria como base o cálculo apenas da importância entregue ao associado na proporção dos serviços prestados à pessoa jurídica, conforme a seguir:

> Art. 1º. Para a manutenção da Seguridade Social, ficam instituídas as seguintes contribuições sociais:
>
> (...)
>
> II - a cargo das cooperativas de trabalho, no valor de quinze por cento do total das importâncias pagas, distribuídas ou creditadas a seus cooperados, a título de remuneração ou retribuição pelos serviços que prestem a pessoas jurídicas por intermédio delas.

A Lei complementar 84/96, por sua vez, restou revogada, com a instituição da nova contribuição previdenciária pela Lei 9.876/99, que tem por fundamento o disposto no art. 195, I, a, da Constituição Federal, já na vigência da nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98.

Para justificar a cobrança da contribuição estabelecida pelo inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91, aduzem que embora seja contratado junto às sociedades cooperativas – pessoa jurídica portanto - o serviço seria prestado pelos associados – pessoas físicas.Tal conceito, entretanto, é equivocado, pois parte do pressuposto de que a cooperativa é mera intermediária, demonstrado total conhecimento a respeito da relação existente entre associados de cooperativas, onde estes apresentam a condição de dono, gestor e destinatário do serviço da cooperativa, além o fato de que o referido entendimento deturpado afronta o conceito de cooperativa estabelecido no art. 4°, inciso I da Lei 5.764/71.

A interpretação equivocada a respeito do modelo cooperativo de trabalho não pode ser utilizada em prejuízo às cooperativas, uma vez que não há vínculo jurídico que se estabelece entre os tomadores de serviços e as pessoas físicas associadas a cooperativa, não correndo a hipótese prevista no art. 195 da Constituição Federal, base constitucional da nova contribuição instituída pela Lei 9.876/99, além do fato de que interpretação dessa ordem é vedada pelo art. 110 do Código Tributário Nacional veda tal comportamento.

Por derradeiro, a sob enfoqueadotou base de cálculo distinta daquela prevista na Constituição Federal, uma vez que estabeleceu base de cálculo da contribuição previdenciária sobre o "valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços", englobando todas as despesas que integram o preço contratado, e não somente os rendimentos oriundos do trabalho.

O Supremo Tribunal Federal, por via incidental, no Recurso Extraordinário 595.838, declarou inconstitucional o dispositivo ora atacado, cujo resumo da decisão restou assim disponibilizada no site do STF:

> Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao recurso extraordinário e declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei 8.212/1991, com a redação dada pela Lei nº 9.876/1999. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo amicuscuriae, o Dr. Roberto Quiroga Mosquera, e, pela recorrida, a Dra. Cláudia Aparecida de Souza Trindade, Procuradora da Fazenda Nacional. Plenário, 23.04.2014.

Trata-se de decisão que tem efeito para as partes integrantes do referido processo, não possuindo, portanto, aplicabilidade imediata para todos. Contudo, em tese, é possível que os Tomadores de Serviços ingressem com a competente ação judicial buscando a abstenção do referido recolhimento, em sede de antecipação dos efeitos da tutela, assim como a devolução dos valores pagos nos últimos 5 (cinco) anos.

Dr. Tiago Machado, Coordenador Jurídico do Sistema OCERGS-SESCOOP/RS

Trata-se, portanto, de matéria que merece o reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 9.876/99.Saliente-se que tramitam no Supremo Tribunal Federal Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade sob n° nº 2594, 5036 e 5102 que ainda aguardam julgamento.

OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO

Conforme orientações emanadas pela Organização Mundial de Aduanas (OMA), o comércio internacional necessita ser impulsionado através de mecanismos de controle que possibilitem a livre circulação de mercadorias sem deixar de garantir a segurança no processo, otimizando a eficácia da cadeia logística.

Para atingir estas metas, fluidez e segurança, surgiu o Operador Econômico Autorizado, que nada mais é do que uma certificação como empresa segura e confiável na movimentação de cargas internacionais, concedida pelas Aduanas aos operadores de comércio exterior, sejam eles importadores, exportadores, agentes consolidadores, portos, aeroportos, terminais ou transportadores. O país será mais competitivo e seguro se o programa OEA for adotado pelos seus atores, pois são eles que garantem a inviolabilidade das mercadorias.

Como a Organização Mundial de Aduanas define o OEA:

"... uma parte envolvida no movimento internacional de mercadorias, a qualquer título, que tenha sido aprovado por, ou em nome de, uma administração aduaneira nacional como estando em conformidade com as normas da OMA ou com normas equivalentes em matéria de segurança da cadeia logística. Os operadores econômicos autorizados podem ser, entre outros, fabricantes, importadores, exportadores, despachantes aduaneiros, transportadores, agentes de carga, intermediários, administradores de portos e aeroportos, operadores de terminais, operadores de transporte multimodal, permissionários e concessionários de recintos alfandegados, distribuidores".

Os requisitos para se tornar um OEA dependem dos padrões de segurança regulamentados, de maneira pró-ativa, em cada país, tendo em conta seus recursos atuais ou previstos, para poder assistir os operadores comerciais na realização de suas atividades da maneira mais eficaz possível, garantindo confiabilidade e previsibilidade nas suas movimentações. Por isso, os órgãos não precisam fiscalizar com tanta frequência, assim, podem focar esforços em cargas ou operações com riscos maiores.

Em estudos realizados por esta entidade, verificou-se que certos critérios de segurança são comuns a todos os países e constituem as diretrizes do Programa OEA no que se refere à integridade da cadeia logística. Cabe destacá-los:

I – parceiros comerciais, para garantir que parceiros comerciais possuam procedimentos de segurança compatíveis com os critérios de segurança OEA;

II – controle de unidades de carga, para garantir a integridade da unidade de carga quando estiver em seu estabelecimento;

III – controle de acesso físico, para evitar a entrada de pessoas não-autorizadas;

IV – política de recursos humanos, para seleção e contratação de funcionários confiáveis;

V – procedimentos de segurança, para garantir a integridade dos processos de transporte, manuseio e armazenamento das cargas;

VI – treinamento em segurança e conscientização de ameaças, para identificar os pontos de vulnerabilidade na cadeia logística;

VII – segurança física das instalações, para garantir que existam barreiras físicas inibidoras de proteção contra acesso não-autorizado;

VIII – tecnologia da informação, para proteger as informações da empresa contra utilização indevida ou modificação não-autorizada;

STATUS NO BRASIL

No Brasil, a Receita Federal iniciou os estudos para implementação em 2009. O Dr. José Carlos de Araujo, Chefe da COANA (Coordenação de Administração Aduaneira) da Receita Federal do Brasil, no Seminário "Impactos do Programa OEA", elencou 10 razões para implantar o programa no país:

1. Implementar Acordos de Reconhecimento Mútuo;
2. Facilitar o comércio legítimo e confiável;
3. Obter reconhecimento global;
4. Melhorar a imagem do Brasil;
5. Atrair investimentos;
6. Proteger a sociedade com maior eficiência;
7. Aumentar a segurança nas operações de comércio exterior;
8. Melhorar os controles aduaneiros;
9. Fazer mais com menos;
10. Implementar Acordos Internacionais

PROGRAMA BRASILEIRO DE OEA

AEO
Programa Brasileiro de OEA

Através da Instrução Normativa RFB N° 1521, de 4 de dezembro de 2014, foi instituído o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado, que consiste na certificação dos intervenientes da cadeia logística que representam baixo grau de risco em suas operações, tanto em termos de segurança física da carga quanto ao cumprimento de suas obrigações aduaneiras.

"nossa Visão é que o Brasil seja reconhecido como um líder mundial no controle e na gestão dos fluxos de comércio exterior por meio do seu Programa OEA em 2019" Ernani Checcucci, Subsecretário de Aduanas e Relações Internacionais.

Rafaella Pimentel, Comunicação FIEPE

Lançamento Programa Brasileiro de OEA

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS AOS OPERADORES ECONÔMICOS

- Usufruir das vantagens e dos benefícios de futuros Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM).
- Utilizar de canal direto de comunicação entre o operador certificado OEA e a RFB para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Programa.
- Usufruir de reduzido percentual de cargas selecionadas para canais de conferência na exportação e, quando selecionado, ter processamento prioritário.
- Possuir prioridade para certificação na fase 2 do Programa Brasileiro de OEA.
- Utilizar a logomarca do Programa e ter sua participação divulgada no sítio da RFB.
- Ser dispensado de exigências na habilitação ou aplicação de regimes aduaneiros especiais que já tenham sido cumpridas no procedimento de certificação do OEA.
- Participar na formulação de alteração de legislação e procedimentos aduaneiros para o aperfeiçoamento do Programa.

PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO

Os procedimentos relativos à certificação compreendem, sequencialmente:

Autoavaliação: o requerente do Programa deverá responder ao Questionário de Autoavaliação (QAA) e, sempre que possível, comprovar com documentos as suas respostas.

Formalização da Solicitação de Certificação: o requerente deverá solicitar a abertura formal do processo e entregar o QAA preenchido junto com a documentação necessária para análise do pedido.

Exame dos Requisitos de Admissibilidade

- Formalização da solicitação mediante DOSSIÊ DIGITAL
- Adesão ao domicilio tributário eletrônico (DTE)
- Escrituração Contábil Digital (IN RFB 787/07)
- Regularidade Fiscal (mediante CND ou CPD-EN)
- Inscrição CNPJ e recolhimentos tributos federais há 24 meses
- Mínimo de 24 meses de autuação como interveniente passível de certificação
- Inexistência de indeferimento em solicitação OEA nos últimos 6 meses
- Despachantes: 3 anos de experiência e aprovação no exame qualificação
- Adesão ao Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e)

Análise de Conformidade: tem finalidade de verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e dos critérios de segurança aplicados à cadeia logística.

Certificação: após comprovado o cumprimento de todos os requisitos e critérios, será expedido o Certificado de OEA, em reconhecimento à parceria Aduana-Empresa.

Manutenção e Monitoramento: os Operadores Econômicos Autorizados estarão submetidos a acompanhamento quanto à manutenção dos requisitos e critérios exigidos para a certificação.

FASES DE IMPLEMENTAÇÃO

Dez/ 2014	Cumprimento dos critérios de segurança	Foco no fluxo de EXPORTAÇÃO	OEA Segurança (OEA – S)
Dez/ 2015	Cumprimento das normas e procedimentos aduaneiros (revisão do Linha Azul)	Foco no fluxo de IMPORTAÇÃO	OEA Conformidade (OAE – C) OEA Pleno (OEA – P)
Dez/ 2016	Incorporação de outros Órgãos de Estado como ANVISA, VIGIAGRO, etc.	Foco nos fluxos de EXPORTAÇÃO e IMPORTAÇÃO	OEA Integrado

"Nos sentimos muito honrados e orgulhosos em poder ter participado dessa primeira fase e de termos recebido nossa certificação para um programa de extrema importância para o Comércio Exterior, e que certamente poderá contribuir muito para alavancar a economia brasileira." diz Cindy Haring, CEO da DHL Global Forwarding no Brasil.

Cindy Haring, CEO da DHL Global Forwarding

Marketing & Communication, DHL Global Forwarding

ONIXSMART 2 HÍBRIDO

Rastreador ideal para transportes regionais e internacionais com o novo teclado de mensagens, mais interativo com o motorista.

A OnixSat oferece informações inteligentes a seu favor. Tenha em mãos relatórios gerenciais, relatórios de condução/infração, controle de manutenções, módulo logístico, acompanhe sua encomenda e muito mais.

LIGUE E SOLICITE SEU ORÇAMENTO (43) 3374-3822

VENDAS@ONIXSAT.COM
WWW.ONIXSAT.COM

RASTREAMENTO IDEAL,
COMUNICAÇÃO GLOBAL

Onix SAT

PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2014

MAIS PONTOS CRÍTICOS E METADE DO PAVIMENTO COM PROBLEMAS

Praticamente a metade (49,9%) do pavimento das rodovias brasileiras apresenta algum tipo de deficiência, sendo classificado pela Pesquisa CNT de Rodovias 2014 como regular, ruim ou péssimo, por apresentar buracos, trincas, afundamentos, ondulações, entre outros problemas. Em relação à superfície do pavimento, 44,7% da extensão pesquisada está desgastada. Esta 18ª edição avaliou 98.475 km, que correspondem a toda a malha federal pavimentada e aos principais trechos estaduais. Houve um acréscimo de 1.761 km (1,8%) em relação a 2013. Foram 30 dias de coleta, entre 19 de maio e 17 de junho.

Nesse último ano, aumentou o número de pontos críticos, passando de 250 (em 2013) para 289 (em 2014). Quedas de barreira, pontes caídas, erosões na pista e buracos grandes são considerados pontos críticos.

> "A situação do sistema rodoviário brasileiro continua grave, comprometendo a segurança das pessoas, tanto de motoristas, como de passageiros e pedestres. É cada vez maior o número de mortes e de acidentes. Essa situação também compromete a logística, devido ao elevado custo do transporte, tornando o país menos competitivo, afirma o presidente da CNT, Clésio Andrade."

Em 2013, morreram 8.551 pessoas em cerca de 186 mil acidentes nas rodovias federais do país. "As condições gerais ruins das rodovias aumentam os riscos e muitas vidas poderiam ser poupadas, caso as rodovias oferecessem vidas poderiam ser poupadas, caso as rodovias oferecessem acidentes a menos e 4.000 mortes a menos", diz Clésio Andrade.

Além do risco à vida das pessoas, os problemas nas rodovias contribuem para aumentar os custos de operação e o tempo de viagem, afetando tanto o transporte de cargas como o de passageiros. Conforme o estudo, o acréscimo médio do custo operacional devido à qualidade do pavimento das rodovias brasileiras é de 26%. Se considerar a região Norte, onde há ainda maiores deficiências na malha, esse índice sobe para 37,6%.

RECURSOS INSUFICIENTES

O volume de recursos destinados ao transporte no Brasil é insuficiente para melhorar a qualidade das rodovias. Ainda assim, os valores autorizados não chegam a ser investidos devido a problemas de gestão, excesso de burocracia e incompetência. O Plano CNT de Transporte e Logística indica a necessidade de R$ 293,88 bilhões somente para o modal rodoviário. Neste ano, o investimento público federal autorizado para as rodovias é de apenas R$ 11,93 bilhões. Até o dia 30 de agosto, somente R$ 6,54 bilhões (54,8%) tinham sido pagos.

A Pesquisa CNT de Rodovias 2014 também apontou problemas na sinalização e na geometria das vias. Ao se considerar que 87,1% dos trechos são formados por pistas simples de mão dupla, torna-se ainda mais grave a constatação de que 39,9% não têm acostamento. E, em 49,7% da extensão com curvas perigosas, não há placas de advertência nem defensas completas. Em 57,4% dos trechos, foi encontrado algum tipo de problema na sinalização, sendo que em 26,4% não há placas de limite de velocidade e em 47,6% a pintura da faixa central está desgastada ou é inexistente.

CONCESSÕES

O presidente da CNT destaca que o governo tem dificuldade de executar os projetos, e a participação da iniciativa privada é fundamental para a melhoria da

infraestrutura de transporte. "O governo precisa da parceria da iniciativa privada para oferecer uma melhor infraestrutura de transporte, e as concessões são um importante caminho para melhorar as condições das rodovias e contribuir para o crescimento do país. A situação das rodovias sob gestão pública está muito pior em relação às concessionadas", afirma Clésio Andrade.

As rodovias são classificadas considerando as situações viárias por tipo de gestão (pública ou concedida), por Estado e regiões geográficas, por corredores rodoviários e por tipo de rodovias (federais ou estaduais). Conforme as informações da pesquisa, 74,1% das rodovias concedidas tiveram classificação Ótimo ou Bom. Nos trechos sob gestão pública, esse percentual é de 29,3%.

Na pesquisa, há ainda um ranking com 109 ligações rodoviárias. São trechos formados por uma ou mais rodovias federais ou estaduais, com grande importância socioeconômica e volume significativo de veículos de cargas e/ou passageiros, interligando territórios de uma ou mais Unidades da Federação. Ao considerar o estado geral dessas ligações, as dez melhores estão no Estado de São Paulo e são todas concedidas à iniciativa privada. A pior classificada está localizada nos Estados de Tocantins e Bahia.

COMBUSTÍVEL E MEIO AMBIENTE

O fato de 49,9% das rodovias possuírem pavimento regular, ruim ou péssimo representa um aumento no consumo de combustível dos veículos, tendo reflexo direto nos custos e nas emissões de poluentes.

Fonte: CNT

CNT/Divulgação

RS-640, Rosário do Sul-RS

CNT/Divulgação

BR-343, Jerumenha-Piauí

CNT/Divulgação

SP-123, Tremembé

DeBRITO Sul

PARA COMEMORAR ESTE PRÊMIO, NADA MELHOR QUE UM ABRAÇO.

A Planalto conquistou o TOP DE MARKETING ADVB/RS 2014 na Categoria Serviços. Isto é motivo de muito orgulho para nós.

Queremos dividir esta alegria com os mais de 4 milhões de passageiros que viajam em nossos ônibus todos os anos. Afinal, este prêmio é o reconhecimento de um trabalho feito inteiramente para cada um de vocês.

Muito obrigado.

PLANALTO.COM.BR

Planalto
Conectando pessoas e destinos.

EQUIPAMENTOS AERODINÂMICOS:

SOLUÇÕES ACESSÍVEIS DE SUSTENTABILIDADE E REDUÇÃO DE CUSTO

Empresas de todos os segmentos se preocupam cada vez mais com a sustentabilidade investindo milhões nas mais diversas iniciativas e, na maior parte do tempo, esquecem de que ações simples e de baixo custo também devem ser incorporadas na estratégia por trazerem alto retorno sustentável.

No caso dos operadores logísticos, mais precisamente da atividade de transporte de carga, a instalação de equipamentos aerodinâmicos nos veículos ou carretas é uma ação que contribui para o menor gasto de combustível e, consequentemente, reduz a emissão de gases nocivos ao ambiente. A solução traz também benefícios aos motoristas, que durante as operações sofrem menos com os ruídos gerados durante as viagens e são beneficiados com uma maior estabilidade das carretas, garantindo mais segurança não somente aos condutores, mas para todos os usuários das rodovias. Ou seja, é ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável.

Coopercarga/Divulgação

Equipamento aerodinâmico

Um dos acessórios mais empregados atualmente é o defletor de ar. Embora o mercado não trabalhe com dados exatos, estimativas apontam para uma economia de 10% no consumo de combustível com o uso deste equipamento - número que pode variar de acordo com o peso da carga transportada, com as condições mecânicas do veículo e com as dimensões do baú. A grande vantagem deste defletor é que ele ajuda o veículo a vencer a força do arrasto, eliminando as áreas de refluxo de ar na parte inferior ou superior da cabine. Para que se possa ter ideia dos ganhos, segundo informações do INEE (Instituto Nacional de Eficiência Energética), em velocidades de 80 km/h (ou mais), aproximadamente 70% da potência do motor do caminhão é utilizada apenas para romper a força do arrasto.

De acordo com o departamento de engenharia aeronáutica da USP de São Carlos (SP), se uma grande transportadora colocar defletores em todos os veículos de sua frota, ao final de um ano é possível adquirir um caminhão novo somente com a economia de combustível gerada. Um investimento baixo e com rápido retorno.

O mercado de equipamentos aerodinâmicos está crescendo no Brasil, mas na Europa, eles já são amplamente utilizados, apresentando excelentes resultados às transportadoras e comumente integrando o rol de acessórios aplicados nas frotas. Enquanto isso, o mercado nacional tem procurado ofertar opções diferenciadas: além do tradicional defletor, os painéis de acabamento aerodinâmico nas laterais das carretas também já são vistos com maior frequência. Esses, por sua vez, contribuem com uma melhoria de 8% (aproximadamente) na resistência do ar.

Já o recém-chegado difusor de teto traseiro está em fase de testes. No próximo ano os resultados devem ser apresentados ao setor e, então, o equipamento será disponibilizado para venda. Com base nos testes realizados na Europa, a expectativa é que contribua para uma economia de 3% a 4% no consumo de combustível, além de proporcionar a redução da turbulência, diminuição do efeito spray na parte traseira do semirreboque em dias chuvosos e a redução da projeção de neblina e poeira em condições meteorológicas adversas.

Ou seja, os operadores têm nas mãos mais uma valiosa ferramenta para a sustentabilidade, cuja aplicação oportuniza importantes diferenciais na gestão e na produtividade da frota, propiciando, além da redução dos custos operacionais, a colaboração com o meio ambiente e com a sociedade. Tudo de forma fácil e com um baixo investimento. Portanto, está mais que na hora dos provedores de soluções logísticas apostarem nas parcerias, unindo forças para alavancar este mercado e trazer para o setor todos os benefícios que os equipamentos aerodinâmicos podem oferecer.

Fonte: Coopercarga

HISTÓRIA DA TRANSPORTES SILVIO

A história da Transportes Silvio remonta à década de 70, mais precisamente ao ano de 1976, quando o Sr. Silvio Roman, fundador da empresa e de quem leva o nome, pai e avô dos atuais sócios Juscelino, Ariede, Ezequiel e Francine Roman, optou por ingressar no ramo dos transportes em razão de ser apaixonado pelo setor.

"A paixão pelo transporte foi herdada do pai", segundo o Sr. Juscelino. Dando sequência à empresa juntamente com o Sr. Silvio, ele adquiriu um Mercedes Benz 1519, carreta dois eixos de carga seca, e iniciou viagens na Volkswagen em São Paulo para o Nordeste do país. Passou 2 anos sem retornar à cidade onde morava, como havia prometido à família, voltar somente quando pagasse o caminhão, e assim o fez.

Na época, a dificuldade do transporte era muito grande. A comunicação com a família era através de cartas enviadas a partir de postos de combustível. Os veículos não tinham quaisquer comodidades como ar condicionado, rastreadores, e todos possuíam manuais com caixa seca, não existindo de forma alguma caminhões automáticos.

Quando terminaram de pagar o caminhão, o Mercedes 1519 foi trocado por um Scania, e adquirida uma carreta frigorífica 3 eixos de 22 pallets. O equipamento de refrigeração era a gasolina.

Com esse novo caminhão, iniciou-se um trabalho na Sadia de São Paulo, que levava mercadorias frigorificadas até Recife. Assim, tiveram início as viagens de transporte frigorífico, ramo no qual a Transportes Silvio se especializou e opera atualmente.

A Sadia, então, iniciou um trabalho no Mercosul e o Sr. Juscelino foi convidado para fazer essa nova rota. Foi atrás então da documentação para concretizar a sua habilitação, obtendo licenças para Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai, países nos quais atua até hoje.

O proprietário, Sr. Juscelino Roman, portanto, atua no ramo de transportes há quase 40 anos.

A sede da empresa fica em Concórdia/SC. Conta com uma filial em São Paulo/SP e representantes nos países onde atua. A missão da Transportes Silvio é assegurar que a prestação do serviço busque a plena satisfação do cliente, entregando o produto com qualidade, pontualidade, preço compatível, valorizando a sua integridade e maximizando resultados. Desta forma, a empresa sempre busca a excelência na execução do transporte, fidelizando, assim, a carteira de clientes.

IMPORTÂNCIA DE SER UM ASSOCIADO

Sr. Juscelino Roman, sócio proprietário da Transportes Silvio

A Transportes Silvio sabe da importância de ser empresa associada à ABTI, sobretudo em relação aos seguintes aspectos, segundo o sócio proprietário Juscelino Roman: obtenção de informações sobre legislação internacional do setor, levando-se em conta as diferentes normativas que regem o transporte internacional de cargas e sua complexidade; auxílio na renovação de licenças; assistência na inclusão e acompanhamento de processos junto à ANTT; e esclarecimento de dúvidas sobre todos os assuntos relacionados ao Mercosul, aduanas, MIC/DTA, preenchimento de documentação, etc.

Sede da empresa em Concórdia/SC

FOZ DEFINE ÁREA DO NOVO PORTO SECO

PROJETO APRESENTADO EM PLENÁRIA É DECLARADO ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA

O porto seco de Foz do Iguaçu é um dos mais movimentados da América Latina. Esse fluxo de cargas deve aumentar ainda mais com a expansão dos setores de logística e de comércio exterior na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina. Esse crescimento reforça a necessidade de um novo terminal alfandegário na cidade.

A perspectiva levou a sociedade a debater sobre a importância do novo porto seco para os setores de logística e de comércio exterior da região. O mais recente debate ocorreu na plenária do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu), realizada no último dia 29.

Codefoz/Divulgação

Prefeito de Foz do Iguaçu, Sr. Reni Pereira, Superintendente da Receita Federal, Sr. Luiz Bernardi e o Presidente do CODEFOZ, Sr. Danilo Vendruscolo

Coube ao secretário do Codefoz, Jaime Nascimento, detalhar as etapas que levaram à escolha da área dentro do território do município. A alternativa levou em consideração a localização geográfica; a facilidade de acesso ao Paraguai e à Argentina, bem como a BR 277; e a capacidade de amenizar os conflitos com os atrativos e corredores turísticos.

Os técnicos também levaram em conta a necessidade do novo porto seco ter fácil ligação com a segunda ponte entre o Brasil e Paraguai e com a perimetral leste (projeto que visa desviar o tráfego de caminhões pesados do centro urbano). "Temos o meio ambiente, o turismo e a logística. Trabalharemos para que os interesses convivam em harmonia", disse Nascimento.

Escolha - A área escolhida compreende um conjunto de lotes que somam 2.297.000 metros quadrados. Foi a opção tomada após ampla discussão com a Receita Federal, prefeitura, além de representantes do setor de turismo, logística e comércio exterior.

Durante a plenária do Codefoz, o prefeito de Foz, Reni Pereira, assinou o decreto de declaração de utilidade pública da área do novo porto seco de Foz do Iguaçu. "Nessa primeira etapa vamos iniciar um diálogo com os proprietários, de maneira transparente, para alcançar o objetivo maior", antecipou o prefeito.

A importância da nova alfândega foi destacada pelo superintendente da Receita Federal na 9º Região Fiscal, Luiz Bernardi. "Estamos muito felizes com o avanço desse grande projeto. Vamos dar todo apoio ao novo complexo", afirmou.

Bernardi destacou que a cidade está tornando-se um centro logístico, com porto seco, aeroporto alfandegado, um porto fluvial no Rio Iguaçu, as ponte da região trinacional e a proximidade com a Ferroeste. "Seremos uma referência mundial. Ninguém terá algo parecido", completou.

Hoje - Localizado na BR 277, o atual porto seco tem 154 mil metros quadrados, recebendo 154 mil caminhões em 2013 (12% a mais relação ao ano anterior). No período, as exportações alcançaram o montante de US$ 3,32 bilhões e as importações totalizaram US$ 2,33 bilhões, resultando um superávit de US$ 987 milhões.

A estrutura inclui armazém de 2 mil metros quadrados, pátio para 750 veículos e uma doca, e também contará com ampla área para armazenagem de grãos e beneficiamento de matérias-primas, o que ampliará significativamente a atividade econômica da região.

Fonte: Assessoria de comunicação – CODEFOZ

NOVOS PROCEDIMENTOS EM CHUÍ

No dia 17 de Outubro de 2014, a Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Chuí publicou no DOU a Portaria nº 50 e 51, que estabelece normas para a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, no recinto alfandegado e que regulamenta o cadastramento inicial e a atualização da tara dos veículos de transporte de cargas, respectivamente.

Ressaltamos os principais dispositivos:

Portaria N° 50

A entrada no pátio, de veículos de transporte de cargas, com mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinado, será permitida em qualquer horário, todos os dias da semana, mediante a apresentação do Manifesto Internacional de Carga Rodoviária (MIC) e, adicionalmente, para os veículos procedentes do exterior, do primeiro original do Conhecimento de Transporte Internacional por Rodovia (CRT).

Por sua vez, a saída do pátio, será autorizada através da emissão de listas de liberação de veículos, fixando-se o prazo de 01 (uma) hora para saída dos veículos após o horário de emissão da lista.

A saída do caminhão trator desatrelado, em dias de expediente normal, será permitida nos seguintes horários: das 06:00h às 08:30h; das 12:00h às 13:00h; e das 18:00h às 21:00h. O seu reingresso será autorizado no horário das 08:00h às 21:00h.

Portaria N° 51

Assim como já ocorre em outras fronteiras, o cadastramento de taras deve ser feito de forma individualizada para caminhão trator e semirreboque ou para caminhão simples, e deve ser vinculado à placa de cada veículo, levando em consideração os tanques de combustível cheios, o peso do motorista e os bens da lista de provisão e sobressalentes.

O cadastramento inicial de tara de veículo deve ser feito previamente à sua entrada no Recinto Alfandegado, por meio de requerimento, preenchido em duas vias, acompanhados do boleto de pesagem em balança rodoviária certificada pelo Inmetro ou por órgão oficial uruguaio.

RFB em Chuí/RS

REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO Nº 2 (CT-2) EM CHUÍ/RS

No dia 08 de outubro de 2014, por ocasião da Reunião do Comitê Técnico n° 2 (CT-2) – Assuntos Aduaneiros em Chuí/RS, a ABTI apresentou aos Coordenadores do citado Comitê propostas operativas, com o objetivo de conferir maior agilidade e simplificação aos processos de controles, resguardando a segurança dos procedimentos.

A primeira proposta consistiu em conferir isonomia nos procedimentos aduaneiros bilaterais, principalmente, quando se refere a informações e documentos obrigatórios a serem apresentados perante os órgãos anuentes. A segunda proposta apresentada naquela ocasião foi a de efetivar em todos os passos fronteiriços onde já estão previstas as áreas de controle integrado, a efetiva integração para o transporte rodoviário de cargas, a presença de todos os organismos de controle, muito especialmente os controles migratórios, trazendo segurança jurídica aos operadores. Por fim, propôs-se que a Receita Federal do Brasil abrigue em sua estrutura a Área de Controle Integrado, garantindo desta forma, mesmo que temporariamente.

Reunião CT2 em Chuí

LIVRAMENTO COM NOVO FISCAL

Divulgação/MAPA

Gustavo Griebeler, Fiscal Agrônomo

No dia 29 de outubro de 2014, iniciou suas atividades no MAPA em Santana do Livramento/RS, o novo fiscal agrônomo Gustavo Griebeler. Griebeler é natural do estado de Santa Catarina e é formado em Agronomia e pós graduado em Química de Solos pela UFSM. Irá exercer a fiscalização de cargas na importação e exportação, principalmente de frutas e cereais. O fiscal citou, dentre os desafios que irá enfrentar no dia-a-dia do trabalho de fiscalização: o processo de adaptação aos processos de importação e exportação e suas burocracias; a manutenção de postura sempre idônea, sempre procurando cumprir os protocolos; e conferir eficiência e rapidez ao trabalho diário.

Esta foi uma conquista da região, que sofria com a falta de fiscais. Gustavo Griebeler irá conjugar esforços com o fiscal Edson Madruga, o que conferirá maior agilidade nas liberações dos processos dentro do MAPA em Santana do Livramento/RS.

FOZ E JAGUARÃO SOB NOVA GERÊNCIA

Assumiu a gerência do Porto Seco em Foz do Iguaçu/PR, Marcio Nascente, que estava no comando de Jaguarão/RS. Darlan Ribeiro Souza, que atuava na Unidade de Uruguaiana, assume a Gerência Operacional em Jaguarão.

Marcio desenvolve suas atividades na Elog Logística desde 2003, natural do município de Jaguarão, graduado em Processos Gerenciais, atuou desde o Administrativo ao Financeiro e assumiu a Gerência de Jaguarão em 2008.

Darlan, natural de Uruguaiana, graduado em Comércio Exterior, com MBA Finanças Empresariais, atua na Elog Logística desde o ano de 2003. Já ocupou diferentes funções na companhia. Atuou nas áreas de Faturamento, Aduaneiro e Administrativo, onde assumiu a coordenação até ser promovido ao cargo de Gerente.

ABTI deseja sucesso aos colaboradores neste novo desafio.

Em caso de dúvidas, a equipe de Atendimento operacional da Elog Sul, fica à disposição.

Elog/Divulgação

Darlan Ribeiro Souza, Gerente em Jaguarão-RS

eLOG

Logística integrada.

Elog/Divulgação

Marcio Sousa Nascente, Gerente em Foz do iguaçu-PR

Respeite os limites de velocidade.

RINO COM

Histórias de Rentabilidade

"O STREAMLINE É UM DIVISOR DE ÁGUAS. AGORA TEMOS MAIS ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL E RENTABILIDADE, ALÉM DE MAIS CONFORTO PARA O MOTORISTA."

Arlei Rodrigues Borges
Transportadora Rodoborges

4% a mais de economia de combustível.

Scania Streamline. A solução Scania que une veículo e serviços para entregar excelentes resultados em economia de combustível, disponibilidade e conforto para o motorista.

Conheça mais em
historiasderentabilidade.com.br

facebook.com/ScaniaBrasil

app/ScaniaBR

Faz diferença ser Scania.

CÂMARA HOMENAGEIA COMJOVEM

Integrantes da Comjovem presentes na homenagem

No dia 13 de novembro de 2014, a Câmara Municipal de Uruguaiana, em Sessão Solene, entregou certificado de reconhecimento à Comjovem – Comissão de Jovens Empresários e Executivos do Transporte de Cargas de Uruguaiana pelos serviços prestados à comunidade uruguaianense.

O reconhecimento foi iniciativa do Presidente do Poder Legislativo Municipal, Vereador Ronnie Mello, que, em pronunciamento, reconheceu a relevância dos trabalhos prestados pela Comissão em prol da integração e capacitação dos jovens empresários e executivos, despertando-os para futuras lideranças no setor de transporte de cargas e logística. Após a entrega do certificado, o Coordenador da Comjovem, Wendell Krassmann pronunciou-se na tribuna, fazendo um breve relato do histórico da Comissão, sua importância e finalizou agradecendo o reconhecimento.

Nas palavras do Vereador Ronnie Mello, "a homenagem é um reconhecimento, e, além do reconhecimento, um agradecimento: porque hoje, poderiam estar em qualquer lugar do Brasil, trabalhando em outras frentes, e optaram por ficar em Uruguaiana, gerando oportunidades e empregos (...) e é a nossa obrigação reconhecer, estimular e dar todo o amparo e respaldo que acharem necessário. Esta Casa está de portas abertas."

BREVE HISTÓRICO DA COMJOVEM

A Comjovem foi criada em São Paulo, no ano de 1991, e permaneceu ativa até 1997. Embora desativada por um longo período, seu espírito continuou vivo, possibilitando seu resgate pelo então presidente do SETCESP Urubatan Helou (Presidente da BrassPress), em 2004. A partir de 2008, a ideia da Comjovem se consolidou e iniciou-se a criação das Comjovens regionais, permitindo maior integração entre as empresas do setor de transporte de cargas.

HISTÓRIA DA COMJOVEM Uruguaiana

A Comjovem Uruguaiana foi criada em junho de 2010, por iniciativa da ABTI, através do seu relacionamento com a NTC & Logística. O projeto foi viabilizado pelo então Presidente, José Carlos Becker, reconhecendo a importância da formação da comissão para os jovens empresários na região. Como formas de capacitação e aprimoramento, além das reuniões mensais, o grupo realiza visitas técnicas a empresas e fornecedores relacionados ao setor de transporte rodoviário de cargas e logística. Também promove palestras, estudos e cursos sobre assuntos de interesse para o setor, buscando soluções a problemas da categoria.

INVESTIDORES COMJOVEM

Qbox

P.M. DESPACHOS ADUANEIROS E REPRESENTAÇÕES LTDA.

HOFF

TIPLER

MONDIAL COMEX

FLUXO DO TRIC

OUTUBRO 2014

Fluxos de caminhões carregados do Transporte Rodoviário de Cargas nos principais pontos de fronteira

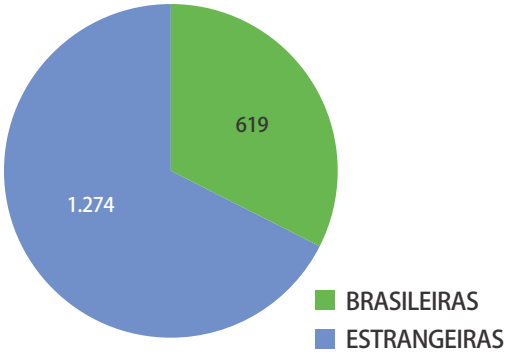
Pontos de Fronteira	Variação do acumulado ano anterior / ano atual			Variação do mês anterior com mês atual			Variação mesmo mês ano anterior / ano atual			Variação dos últimos 12 meses / 12 meses anteriores		
Porto	jan-out/13	jan-out/14	Variação	set/14	out14	Variação	out/13	out/14	Variação	out/13-set/14	out/12-set/13	Variação
Aceguá - BR / Acegua - UY												
Importação	1.024	2.230	117,77%	241	188	-21,99%	179	188	5,03%	2.425	1.226	97,80%
Exportação	593	666	12,31%	79	96	21,52%	63	96	52,38%	816	716	13,97%
Total	1.6171	2.896	79,10%	320	284	-11,25%	242	284	17,36%	3.241	1.942	66,89%
Barra do Quarai - BR / Bella Unión - UY					444							
Importação	52	178	242,31%	89	81	-8,99%	6	81	1250,00%	178	52	242,31%
Exportação	1.128	1.796	59,22%	170	296	74,21%	117	296	152,99%	2.076	1.367	52,01%
Total	1.180	1.974	67,29%	259	377	45,56%	123	377	206,50%	2.256	1.419	58,99%
Chuí - BR / Chuy - UY												
Importação	9.480	10.059	6,11%	1.243	1.081	-13,03%	1.406	1.081	-23,12%	11.709	11.801	-0,78%
Exportação	13.206	12.729	-3,62%	1.337	1.353	1,20%	1.585	1.353	-14,64%	15.629	17.293	-9,62%
Total	22.689	22.787	0,45%	2.580	2.580	-5,66%	2.991	2.434	-18,62%	27.338	29.094	-6,04%
Jaguarão - BR / Rio Branco - UY												
Importação	8.965	8.668	-3,31%	1.345	1.162	-13,61%	928	1.162	25,22%	10.275	11.109	-7,51%
Exportação	7.671	7.613	0,55%	857	958	11,79%	858	958	11,66%	9.210	9.145	0,71%
Total	16.536	16.281	-1,54%	2.202	2.120	-3,72%	1.786	2.120	18,70%	19.485	20.254	-3,80%
Quaraí - BR / Artigas - UY												
Importação	1.187	689	-41,95%	61	31	-49,18%	66	31	-53,03%	887	1.666	-46,76%
Exportação	152	136	-10,53%	10	43	330%	19	43	126,32%	186	208	-10,58%
Total	1.339	825	-38,39%	71	74	4,23%	85	74	-12,94%	1.073	1.874	-42,74%
S. Livramento - BR / Rivera - UY												
Importação	4.703	3.314	-29,53%	301	304	-1%	779	304	-60,98%	4.389	5.696	-22,95%
Exportação	6.092	6.019	-1,20%	687	674	-1,89%	683	674	-1,32%	7.421	7.367	0,73%
Total	10.795	9.333	-13,54%	988	978	-1,01%	1.462	978	-33,11%	11.810	13.063	-9,69%
Foz do Iguaçu - BR / AR / PY												
BR/AR Imp.PTN	29.446	29.040	-1,38%	3.325	2.906	-12,60%	2.714	2.906	7,07%	33.503	35.683	6,50%
BR/AR Exp.PTN	5.554	6.135	10,46%	597	703	17,76%	707	703	-0,57%	7.075	6.340	-10,39%
Total	35.000	35.175	0,50%	3.922	3.609	-7,98%	3.421	3.609	5,50%	40.580	42.023	3,56%
BR/PY Imp.PIA	17.384	16.161	-7,04%	1.779	1.595	-10,34%	1.562	1.595	2,11%	18.902	19.897	5,26%
BR/PYExp. PIA	50.699	53.294	5,12%	5.200	5.171	-0,55%	4.998	5.171	3,46%	63.860	59.635	-6,62%
Total	68.083	69.455	2,02%	6.979	6.766	-3,05%	6.560	6.766	3,14%	82.752	79.532	-3,90%
Oper Noturna	28.492	29.945	5,10%	2.851	3.394	19,05%	3.701	3.394	-8,30%	34.222	38.589	-11,32%
Sta. Helena - BR / Porto Índio - PY												
Importação	8.423	10.787	28,07%	1.547	1.877	21,33%	1.689	1.877	11,13%	13.806	11.748	17,52%
Exportação	2.755	2.679	-2,76%	173	109	-36,99%	142	109	-23,24%	3.299	3.620	-8,87%
Total	11.178	13.466	20,47%	1.720	1.986	15,47%	1.831	1.986	8,47%	17.105	15.368	11,30%
Guaira - BR / Salto del Guaira - PY												
Importação	6.138	4.155	-32,31%	0	400	-	1.303	400	-69,30%	5.517	7.353	-24,97%
Exportação	467	277	-40,69%	0	22	-	81	22	-72,84%	354	573	-38,22%
Total	6.605	4.432	-32,90%	0	422	-	1.384	422	-69,51%	5.871	7.926	-25,93%
Corumbá-BR / Puerto Suarez -BO												
Importação	3.783	2.894	-23,50%	457	381	-16,63%	580	381	-34,31%	3.492	4.417	-20,94%
Exportação	20.333	23.096	13,59%	2.554	2.578	0,94%	2.442	2.578	5,67%	27.527	25.257	8,99%
Total	24.116	25.990	7,77%	3.011	2.959	-1,73%	3.022	2.959	-2,08%	31.019	29.674	4,63%

Pontos de Fronteira	Variação do acumulado ano anterior / ano atual			Variação do mês anterior com mês atual			Variação mesmo mês ano anterior / ano atual			Variação dos últimos 12 meses / 12 meses anteriores		
Porto	jan-fev/13	jan-fev/14	Variação	jan/14	fev/14	Variação	fev/13	fev/14	Variação	mar/13-fev/14	mar/12-fev/13	variação
S. Borja - BR / Stº Tomé - AR												
Importação	33.070	25.964	-21,49%	2.631	2.631	0%	3.152	2.631	-16,53%	31.335	39.233	-20,13%
Exportação	42.391	29.238	-31,03%	2.962	2.981	0,64%	4.507	2.981	-33,86%	36.535	50.552	-27,73%
Total	75.461	55.202	-26,85%	5.593	5.612	0,34%	7.659	5.612	-26,73%	67.870	89.785	-24,41%
Porto Xavier - BR / San Javier - AR												
Importação	11.012	7.147	-35,10%	383	588	53,52%	682	588	-13,78%	7.924	12.583	-37,03%
Exportação	2.895	3.141	8,50%	268	171	-36,19%	356	171	-51,97%	3.800	3.199	18,79%
Total	13.907	10.288	-26,02%	651	759	16,59%	1.038	759	-26,88%	11.724	15,782	-25,71%
Dionísio Cerqueira - BR / Bernardo de Irigoyen - AR												
Importação	9.827	8.219	-16,36%	841	804	-4,40%	848	804	-5,19%	9.652	11.658	-17,21%
Exportação	4.808	4.305	-10,46%	456	406	-10,96%	418	406	-2,87%	5.315	5.988	-11,24%
Total	14.635	12.524	-14,42%	1.297	1.210	-6,71%	1.266	1.210	-4,42%	14.967	17.646	-15,18%
Uruguaiana - BR / Paso de Los Libres -– AR												
Importação	45.575	40.642	-10,82%	4.171	4.460	6,93%	5.113	4.460	-12,77%	49.454	54.791	-9,74%
Exportação	75.423	67.222	-10,87%	6.729	7.378	9,64%	8.526	7.378	-13,46%	80.810	89.948	-10,16%
Total	120.998	107.864	-10,85%	10.900	11.838	8,61%	13.639	11.838	-13,20%	130.264	144.739	-10%
Itaqui - BR / Alvear - AR												
Importação	3.401	1.766	-48,07%	195	170	-12,82%	209	170	-18,66%	2.128	4.564	-53,37%
Exportação	457	178	-61,05%	31	10	-67,74%	27	10	-62,96%	235	588	-60,03%
Total	3.858	1.944	-49,61%	226	180	-20,35%	236	180	-23,73%	2.363	5.152	-54,13%

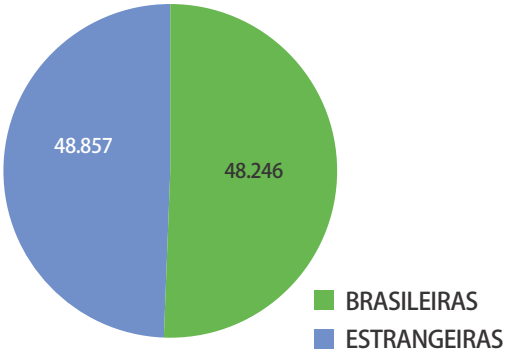
* Foz do Iguaçu: PIA - Ponte Internacional da Amizade / PTN - Ponte Tancredo Neves

TRIC EM NÚMEROS - DEZEMBRO / 2014

Empresas Habilitadas



Frotas Habilitadas



Empresas Brasileiras Habilitadas

País de Origem	Empresas	Frota
ARGENTINA	429	35.870
BOLÍVIA	97	6.846
CHILE	253	24.860
PARAGUAI	199	20.333
PERU	46	2.470
URUGUAI	247	21.957
VENEZUELA	14	1.371

Empresas Estrangeiras Habilitadas

País Destino	Empresas	Frota
ARGENTINA	549	20.758
BOLÍVIA	114	3.937
CHILE	254	5.920
PARAGUAI	177	13.309
PERU	15	1.004
URUGUAI	163	3.903
VENEZUELA	2	25

Obs.: Uma mesma empresa e um mesmo veículo podem ser habilitados para mais de um país.

TRIC EM NÚMEROS - Data de Atualização: 15/12/2014 às 16:31:22

Seja um **anunciante** em nossa **revista**

marketing@abti.org.br

MERCOSUL

JANEIRO

01: Dia de Ano Novo

06: Dia dos Reis

06: Dia das Crianças

FEVEREIRO

16 e 17: Carnaval

17: Carnaval

03: Dia do Patrono do Paraguai

MARÇO

01: Dia dos Heróis

19: Dia de São José

23 e24: Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça

Fonte: www.mercosur.int

Legenda: Brasil · Argentina · Paraguai · Venezuela · Uruguai · Chile

RESTRIÇÃO DE VEÍCULOS NA ARGENTINA

JANEIRO 2015

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

das 18h00min às 23h59min

FEVEREIRO 2015

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

das 18h00min às 23h59min

MARÇO 2015

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

das 18h00min às 23h59min

Fonte: www.seguridadvial.gov.ar

ATENÇÃO...

RNTRC ANTT
REGISTRO NACIONAL DE TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS DE CARGAS

...para o recadastramento do seu Registro Nacional, a partir de março de 2015

Não perca o prazo! Procure o serviço da ABTI

Estaremos à disposição para atendê-lo.

ABTI

Fone: +55 **(55) 3413-2828**

ABTI

Associação Brasileira de Transportadores Internacionais

Fone: +55 (55) 3413-2828
End.: Rua General Bento Martins, 2350 - Uruguaiana/RS - Brasil
CEP 97501-546